Hist Contemp. I
Paulo
Texto 5A

*Eric J. Hobsbawm*

# DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL INGLESA AO IMPERIALISMO

5ª edição

*Tradução de:*
Donaldson Magalhães Garschagen

*Revisão técnica de:*
Francisco Rego Chaves Fernandes

*Seleção e coordenação de:*
Fernando Lopes de Almeida
Francisco Rego Chaves Fernandes

FORENSE
UNIVERSITÁRIA

# 4

# OS RESULTADOS HUMANOS DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL, 1750-1850 [1]

A aritmética foi o instrumento fundamental da Revolução Industrial, vista por seus autores como uma série de contas de somar e subtrair: a diferença de custo entre comprar no mercado mais barato e vender no mais caro, entre o custo da produção e o preço de venda, entre o investimento e o retorno. Para Jeremy Bentham e seus seguidores, os mais ferrenhos defensores desse tipo de racionalidade, até a moral e a política prestavam-se a esses cálculos simples. A felicidade era o obetivo das políticas de governo. O prazer de cada homem podia ser expresso (pelo menos em teoria) como uma quantidade, da mesma forma que seu sofrimento. Deduzindo-se do prazer o sofrimento, o resultado líquido seria a sua felicidade. Somando-se a felicidade de todos os homens e deduzindo-se a infelicidade, o melhor governo seria o que garantisse a felicidade máxima do maior número de pessoas. A contabilidade da humanidade produziria saldos de débito e crédito, como nos negócios.*

O debate a respeito dos resultados humanos da Revolução Industrial ainda não se libertou inteiramente dessa atitude. Nossa tendência ainda é perguntar: ela deixou as pessoas em melhor ou em pior situação? E até que ponto? Para sermos mais precisos, interrogamo-nos qual foi o volume de poder aquisitivo, ou bens, serviços e assim por diante, que o dinheiro pode comprar, que ela proporcionou a que quantidade de indivíduos, supondo-se que uma dona-de-casa possuidora de uma máquina de lavar roupa esteja em melhor situação do que outra, destituída desse eletrodoméstico (o que é razoável),

* Não importa a nosso objetivo que a tentativa real de aplicar o "cálculo felicífico" de Bentham implica técnicas matemáticas muito mais adiantadas que a aritmetica, embora não seja de todo irrelevante o fato de a tentativa ter-se mostrado impossível como desejava Bentham.



mas também supondo (a) que a felicidade individual consiste numa acumulação de coisas tais como bens de consumo e (b) que a felicidade social consiste na maior acumulação possivel de tais coisas pelo maior número possivel de indivíduos (o que não é verdade). Tais questões são importantes, mas também conduzem a equívocos. Saber se a Revolução Industrial deu à maioria dos britânicos mais ou melhor alimentação, vestuário e habitação, em termos absolutos ou relativos, interessa, naturalmente, a todo historiador. Entretanto, ele terá deixado de apreender o que a Revolução Industrial teve de essencial se esquecer que ela não representou um simples processo de adição e subtração, mas sim *uma mudança social fundamental.* Ela transformou a vida dos homens a ponto de torná-las irreconhecíveis. Ou, para sermos mais exatos, em suas fases iniciais ela destruiu seus antigos estilos de vida, deixando-os livres para descobrir ou criar outros novos, se soubessem ou pudessem. Contudo, raramente ela lhes indicou como fazê-lo.

Existe, na verdade, uma relação entre a Revolução Industrial como provedora de conforto e como transformadora social. As classes cujas vidas sofreram menor transformação foram também, normalmente, aquelas que se beneficiaram de maneira mais óbvia em termos materiais (e vice-versa), de sua incapacidade de perceber o que estava perturbando os demais, ou de tomar alguma atitude positiva, deviase não só à sua satisfação material, como também à sua satisfação moral. Ninguém é mais complacente que um homem rico ou coroado de êxito e que também se sente à vontade num mundo que parece ter sido construído com vista a pessoas exatamente como ele.

Assim, salvo para melhor, a aristocracia e os proprietários da terra britânicos foram pouquíssimo afetados pela industrialização. Suas rendas inflaram com a procura de produtos agrícolas, com a expansão das cidades (em solos de sua propriedade) e com o desenvolvimento de minas, forjas e estradas de ferro (situadas em suas propriedades ou que passavam por elas). E mesmo quando os tempos eram ruins para a agricultura — como aconteceu entre 1815 e a década de 1830 — era improvável que empobrecessem. Sua predominância social permaneceu intacta; seu poder político continuou inalterado no campo, e mesmo no conjunto do país não se abalou muito, ainda que a partir da década de 1830 fossem obrigados a levar em conta as suscetibilidades de uma poderosa e militante classe média de empresários provincianos. É bem possível que a partir de então nuvens começassem a toldar o céu azul da vida aristocrática, mas ainda assim, pareciam maiores e mais carregadas do que realmente eram porque os primeiros cinqüenta anos da industrialização haviam sido anos fantasticamente áureos para os proprietários de terras e títulos nobiliárquicos.

Se o séc. XVIII foi uma era gloriosa para a aristocracia, a época de Jorge IV (como regente e como rei) foi um paraíso. Suas matilhas de galgos entrecruzavam-se nos campos (o moderno traje para caça à raposa ainda reflete suas origens, que se situam basicamente na Regência). Seus faisões, protegidos por couteiros e guardas, contra todos que não possuíssem o equivalente a £ 100 libras anuais de renda, esperavam a *battue*.* Suas casas de campo, neoclássicas, multiplicavam-se mais que em qualquer época, exceto a elizabetana. Como sua economia, ao contrário de seus hábitos sociais, já estavam ajustadas aos métodos comerciais da classe média, a era do vapor e dos escritórios não trazia grandes problemas de ajustamento espiritual, a menos, talvez, que pertencessem às esferas da pequena fidalguia, ou que suas rendas proviessem da cruel caricatura de uma economia rural que era a Irlanda. Não tinham de deixar de ser feudais, pois há muito haviam deixado de sê-lo. No máximo, algum rude baronete do interior enfrentava a nova necessidade de mandar os filhos para uma escola adequada (as novas "escolas públicas" foram construídas a partir da década de 1840 a fim de civilizá-los, bem como aos filhos dos novos homens de negócios), ou de passar períodos mais freqüentes em Londres.

Igualmente plácida e próspera era a vida dos numerosos parasitas da sociedade aristocrática rural, tanto a alta como a baixa — aquele mundo de funcionários e fornecedores da nobreza e dos proprietários de terras, e as profissões** tradicionais, entorpecidas, corruptas e, à medida que se processava a Revolução Industrial, cada vez mais reacionárias. A Igreja e as universidades inglesas pachorreavam, acomodadas em suas rendas, privilégios e abusos, protegidas por suas relações com a nobreza, enquanto viam sua corrupção ser atacada com maior dureza na teoria do que na prática. Os advogados, e aquilo que passava por ser um funcionalismo público, eram incorrigíveis. É provável que também neste caso o velho regime tenha chegado ao auge na década que se seguiu às guerras napoleônicas; depois delas algumas ondas começaram a se formar na superfície das águas paradas das catedrais, colégios, tribunais etc. A partir da década de 1830, conheceram mudanças, ainda que brandas (com exceção dos ataques violentos e cáusticos, embora pouco eficientes, por parte de estranhos ao meio, e dos quais os romances de Charles Dickens são o exemplo mais comum). No entanto, o respeitável clero vitoriano da fictícia Barchester, de Trollope, ainda que muito distante dos vigários/magistrados hogarthianos da Regência, era produto de um ajuste cuidadosamente moderado, e não de uma ruptura. Ninguém tinha

* Batida às moitas e bosques para levantar a caça; a própria caça. (N. do T.)
** Designação genérica para o Clero, judiciário e medicina. (N. do T.)



mais consideração do que eles pelas suscetibilidades de tecelões e trabalhadores agrícolas, tanto quanto de párocos e cavalheiros, quando se tratava de introduzi-los num mundo novo.

Um efeito importante dessa continuidade — em parte reflexo do poder estabelecido da velha classe dominante, em parte desejo deliberado de não exacerbar as tensões políticas entre os possuidores de riqueza ou influência — foi que as novas classes ascendentes de empresários encontraram, à sua espera, um sistema de vida consagrado. O sucesso não trazia qualquer incerteza, desde que fosse bastante grande para guindar um homem às fileiras da classe superior. Esse homem tornava-se então um *gentleman*, sem dúvida possuidor de uma casa no campo, e talvez terminasse por ser agraciado com um título, uma cadeira no Parlamento (para si mesmo ou para um filho educado em Oxford ou Cambridge), além de receber um claro e determinado papel social. Sua esposa transformava-se numa *lady*, instruída em seus deveres por uma enxurrada de manuais de etiqueta que, a partir da década de 1840, começou a fluir dos prelos. O homem de negócios ao velho estilo por muito tempo se beneficiara desse processo de assimilação, sobretudo o *mercador* e o financista — e principalmente o mercador envolvido com o comércio internacional, que continuou a ser o tipo de empresário mais respeitado e importante mesmo quando as usinas, as fábricas e as fundições já cobriam os céus setentrionais de fumaça e fuligem. Também para ele a Revolução Industrial não acarretou maiores transformações, exceto, talvez, nas mercadorias que comprava e vendia. Na verdade, como vimos, a Revolução inseriu-se na poderosa e próspera estrutura de comércio, em escala mundial, que constituía a base do poder britânico no séc. XVIII. Econômica e socialmente, as atividades e o *status* do mercador eram familiares, qualquer que fosse o degrau na escada do sucesso que houvesse subido. Por intermédio da Revolução Industrial, os descendentes de Abel Smith, banqueiro de Nottingham, já se encontravam estabelecidos em funções legislativas rurais, faziam parte do Parlamento e haviam-se casado na pequena nobreza (embora ainda não, como ocorreu posteriormente, na realeza). Os Glyns já haviam ascendido de passado de um negócio de conservas salgadas em Hatton Garden para uma posição semelhante, os Barings haviam expandido a confecção têxtil do West Country, passando para uma atividade que em breve se tornaria uma potência no comércio e nas finanças internacionais, e sua ascenção social acompanhara a econômica. Títulos já haviam sido obtidos ou estavam por chegar. Nada mais natural que os outros tipos de homens de negócios — como Robert Peel Senior, o industrial do algodão — subissem a mesma escada da riqueza e da honra pública, no topo da qual acenava o governo ou mesmo (como para o filho de Peel e o de Gladstone, o mercador de Liverpool) o posto de primeiro-ministro.

Na verdade, o chamado grupo "peelista" no Parlamento, no segundo terço do séc. XIX, representava em grande parte esse grupo de famílias, assimiladas por uma oligarquia fundiária, embora se desaviessem quando se chocavam os interesses econômicos.

Entretanto, a absorção numa oligarquia aristocrática só está aberta, por definição, a uma minoria. Nesse caso, a minoria era a dos excepcionalmente ricos ou dos que atuavam em ramos de negócios que haviam adquirido respeitabilidade pela tradição.* A massa de homens, que se elevavam de começos modestos, embora raramente miseráveis, chegando à abastância, ou que se debatiam para sair das classes trabalhadoras e ingressar nas médias, era demasiado grande para ser absorvida, e nas fases iniciais de seu avanço não se preocupavam com a absorção (embora suas esposas talvez se mostrassem mais aflitas com relação a esse ponto). Cada vez mais consideravam-se como uma "classe média" e não apenas como um "escalão intermediário" na sociedade — e a partir de 1830 esse conceito generalizou-se. Reivindicavam os direitos e os poderes correspondentes. Ademais — principalmente quando, como ocorria com freqüência, provinham de estoques não-anglicanos e de regiões carentes de uma sólida estrutura tradicional aristocrática —, não tinham laços emocionais com o antigo regime. Assim eram os sustentáculos da Liga Contra a Lei do Trigo, enraizada no novo mundo comercial de Manchester — Henry Ashworth, John Bright de Rochdale (ambos *quakers*), Potter do *Manchester Guardian,* os Gregs, Brotherton, o ex-industrial do algodão pertencente à seita dos *Bible Christians*, George Wilson, o fabricante de goma, e o próprio Cobden, que logo trocou sua não muito brilhante carreira no comércio de algodão pela função de ideólogo em tempo integral.

Contudo, embora a Revolução Industrial haja transformado fundamentalmente suas vidas — ou as de seus pais —, transferindo-os para outras cidades e trazendo novos problemas para eles e para o país, não se pode dizer que suas vidas tenham sido desorganizadas. As máximas singelas da filosofia utilitária e da economia liberal, simplificadas ainda mais nos *slogans* de seus jornalistas e propagandistas, proporcionava a essas pessoas a orientação de que necessitavam. Se não bastassem, a ética tradicional — protestante ou não — do empresário ambicioso e próspero, baseada na parcimônia, no trabalho duro e no puritanismo moral, encarregava-se do resto. As fortalezas do privilégio aristocrático, da superstição e da corrupção, ainda por serem arrasadas a fim de permitir à livre iniciativa introduzir seu milênio, também os impediam ainda de ver as incertezas e os problemas que se desdobravam para além das muralhas. Até a década de

* O que não ocorrera, por exemplo, com o comércio varejista e certos tipos de atividade.



1830 não tinham sido obrigados sequer a enfrentar o problema do que fazer com mais dinheiro do que era possível ser gasto para a obtenção da tranqüilidade e para reinvestir num negócio em expansão. Convinha-lhes o ideal de uma sociedade individualista, uma unidade familiar privada a prover todas as suas necessidades materiais e morais com base num negócio de família, pois que eram homens que já não precisavam de tradições. Seus esforços haviam-nos guindado acima da rotina. Eram eles, em certo sentido, sua própria recompensa, a satisfação da vida, e se isso não bastasse havia sempre o dinheiro, a casa confortável cada vez mais distante da fumaça da fábrica e do escritório, a esposa devota e recatada, o círculo familiar, o gozo das viagens, da arte, da ciência e da literatura. Eram bem sucedidos e respeitados. "Por mais que denuncieis as classes médias", dizia o agitador da Liga Contra a Lei do Trigo a uma hostil platéia cartista, "não há entre vós um só homem que ganhe meio penny por semana que não anseie por se elevar ao nível delas."[2] Somente o pesadelo da bancarrota e da dívida sacudia por vezes suas vidas, e podemos ainda vislumbrá-lo nos romances da época: a confiança num sócio indigno, a crise comercial, a perda da abastança de classe média, o mulherio reduzido a uma polida penúria, às vezes até mesmo a imigração para aquelas lixeiras dos rejeitados e fracassados, as colônias.

A classe média vitoriosa e os que aspiravam a essa condição estavam contentes. O mesmo não acontecia aos pobres, aos trabalhadores (que, pela própria essência, constituíam a maioria), cujo mundo e cujo estilo de vida tradicionais tinham sido destruídos pela Revolução Industrial, sem que fossem substituídos automaticamente por qualquer outra coisa. É essa desagregação que forma o cerne da questão dos efeitos sociais da industrialização.

Numa sociedade industrial, a mão-de-obra é em muitos aspectos diferente da que existe na sociedade pré-industrial. Em primeiro lugar, é formada em maioria absoluta por "proletários", que não possuem qualquer fonte de renda digna de menção além do salário em dinheiro que recebem por seu trabalho. Já a mão-de-obra pré-industrial é formada em grande parte por famílias possuidoras de suas próprias propriedades agrícolas, oficinas artesanais etc., ou cujas rendas salariais suplementam — ou é suplementada por — algum acesso direto a meios de produção. Além disso, cumpre distinguir o proletário, cujo único vínculo com seu empregador está no recebimento de salário em dinheiro, do "servo" ou dependente pré-industrial, que tem uma relação humana e social muito mais complexa com seu "amo", relação essa que implica deveres recíprocos, ainda que muito desiguais. A Revolução Industrial substituiu o servo e o homem pelo "operador" ou "braço", exceto, naturalmente, o empregado doméstico (geralmente mulher), cujo número multiplicou para serventia da

crescente classe média, pois a maneira mais segura de uma pessoa pôr-se claramente acima dos trabalhadores estava em ela própria empregar mão-de-obra.*

Em segundo lugar, o trabalho industrial — e principalmente o trabalho numa fábrica mecanizada — impõe uma regularidade, uma rotina e uma monotonia totalmente diferente dos ritmos pré-industriais de trabalho, — que dependem da variação das estações e do tempo, da multiplicidade de tarefas em ocupações não afetadas pela divisão racional do trabalho, pelos caprichos de outros seres humanos ou de animais, e até mesmo pelo desejo de se divertir em vez de trabalhar. As coisas se passavam assim mesmo no trabalho remunerado qualificado pré-industrial, como o dos artesãos jornaleiros, cujo gosto incorrigível de só começar a semana de trabalho na terça-feira ("Santa Segunda-Feira") levava seus patrões ao desespero. A indústria trás consigo a tirania do relógio, a máquina que regula o tempo, e a complexa e cuidadosamente prevista interação dos processos: a mensuração da vida não em estações (acerto de trabalho até a Festa de São Miguel, ou até a Quaresma) ou mesmo em semanas e dias, mas em minutos, e acima de tudo, uma *regularidade* mecanizada de trabalho que se choca não só com a tradição mas também com todas as inclinações de uma população ainda não condicionada para ela. E como os homens não assimilavam espontaneamente esses novos costumes, tinham de ser forçados — por disciplina e multas, por leis de Senhor e Servo como aquela de 1823 que os ameaçava com prisão por quebra de contrato (aos patrões cabia apenas multas) e por salários tão baixos que somente a labuta incessante e ininterrupta os fazia ganhar o suficiente para sobreviver, sem prover o dinheiro que os afastasse do trabalho por mais tempo que o necessário para comer, dormir e — como se tratava de um país cristão — orar no Dia do Senhor.

Em terceiro lugar, na era industrial o trabalho passou a ser realizado cada vez mais no ambiente sem precedentes da grande cidade; e isso a despeito do fato de a mais antiquada das revoluções industriais efetuar grande parte de suas atividades em vilas industrializadas de mineiros, tecelões, fabricantes de pregos e correntes e outros trabalhadores especializados. Em 1750 só existiam duas cidades na Grã-Bretanha com mais de 50.000 habitantes — Londres e Edinburgo; em 1801 já havia oito e em 1851, 29, inclusive nove com mais de 100.000 habitantes. Nessa época havia mais britânicos morando em cidades do que no campo, e quase um terço da população total vivia

* Contudo, certas categorias de trabalhadores não ficaram reduzidas inteiramente a um simples vínculo salarial, como a dos "servos de estrada de ferro", que pagavam o preço da disciplina e da falta de direitos com a aquisição de segurança, possibilidades de promoção gradual e até pensões por aposentadoria.



em cidades com mais de 50.000 habitantes. E que cidades! Não era apenas o fato de serem cobertas de fumaça e impregnadas de imundície, nem o fato de os serviços públicos básicos — abastecimento de água, esgotos sanitários, espaços abertos etc. — não poderem acompanhar a migração maciça de pessoas, produzindo assim, sobretudo depois de 1830, epidemias de cólera, febre tifóide e o pagamento assustador de tributo constante aos dois grandes grupos de assassinos urbanos do séc. XIX — a poluição do ar e das águas, ou doenças respiratórias intestinais. Não era apenas o fato de que as novas populações urbanas, às vezes inteiramente desconhecedoras do que fosse a vida nas cidades (como, por exemplo, os irlandeses) apinhavam-se em cortiços superlotados e lúgubres, cujo aspecto bastava para enregelar o coração do observador. "A civilização faz seus milagres e o homem civilizado é quase levado de volta à selvajaria", escreveu o grande liberal francês De Tocqueville a respeito de Manchester.[3] Tampouco se tratava simplesmente da concentração não planejada daqueles que construíam essas cidades com base na utilidade no lucro financeiro, que Charles Dickens pintou em sua famosa descrição de "Coketown", e que construíam fileiras intermináveis de casas e armazéns, que abriam canais e pavimentavam ruas, mas que não edificavam fontes nem praças públicas, passeios e parques e, às vezes, nem mesmo igrejas. (A companhia que construiu a nova cidade ferroviária de Crewe permitia magnanimamente a seus habitantes que utilizassem uma rotunda para locomotivas como templo, de vez em quando.) Após 1848 as cidades começaram a ganhar esses equipamentos públicos,mas nas primeiras gerações da industrialização praticamente careciam deles, a menos que, por sorte, herdassem do passado tradições de obras públicas gratuitas ou espaços abertos. Quando não estavam a trabalhar, os pobres passavam a vida em filas de casebres ou casas de cômodos, em estalagens improvisadas e baratas ou em capelas da mesma espécie, únicos lembretes a recordarem que o homem não se contenta em viver só de pão.

Entretanto, como se tudo isso não bastasse, a cidade destruía a sociedade. Com relação a Manchester, escreveu um clérigo: "Não existe uma só cidade no mundo em que a distância entre os ricos e os pobres seja tão grande ou onde seja tão difícil transpor a barreira entre eles". E prosseguia: "Há muito menos comunicação *pessoal* entre o proprietário da fiação de algodão e seus trabalhadores, entre o estampador de algodão e os seus rapazes de mãos azuis, entre o mestre alfaiate e seus aprendizes, do que entre o Duque de Wellington e o mais ínfimo camponês de sua propriedade."[4] A cidade era um vulcão cujos rugidos eram ouvidos com temor pelos ricos e poderosos, aos quais assustava a possibilidade de que um dia pudesse entrar em erupção. Entretanto, para seus habitantes pobres a cidade não era

apenas uma lembrança concreta de sua exclusão da sociedade humana. Era um deserto de pedra, que tinham de tornar habitável por meio de seus próprios esforços.

Em quarto lugar, nem a experiência, nem a tradição, nem a sabedoria nem a moralidade da era pré-industrial proporcionavam orientação adequada para o tipo de comportamento exigido por uma economia capitalista. O trabalhador pré-industrial reagia a incentivos materiais, na medida em que desejava ganhar o suficiente para gozar aquilo que era tido como o conforto pertinente ao nível social que a Deus aprouvera situá-lo, mas até mesmo suas idéias acerca de conforto eram determinadas pelo passado e estavam limitadas por aquilo que fosse "apropriado" a alguém de sua posição ou, no máximo, da posição imediatamente superior. Se ganhasse mais que a ninharia que considerava suficiente, poderia — como os irlandeses imigrantes, desespero da racionalidade burguesa — gastá-lo em lazer, em festas e em álcool. Sua simples ignorância material da melhor maneira de viver numa cidade, ou de como comer a comida industrializada (tão diferente da comida rural), poderia na verdade tornar sua pobreza pior do que "precisava ser". Ou seja, do que poderia ser se ele não fosse o tipo de pessoa que inevitavelmente era. Esse conflito entre a "economia moral" do passado e a racionalidade econômica do presente capitalista manifestava-se com clareza ímpar na área da previdência social. A concepção tradicional, que ainda sobrevivia, deformada, em todas as classes da sociedade rural e nas relações internas dos grupos da classe trabalhadora, era a de que um homem tinha o direito de ganhar a vida e que, se incapaz disso, o direito de ser mantido vivo por sua comunidade. A concepção dos economistas liberais de classe média era a de que os homens tinham a obrigação de aceitar os empregos que o mercado oferecesse, qualquer que fosse o lugar ou a remuneração, e que, através da poupança e do seguro, individual ou coletivo, o homem racional se protegeria contra os infortúnios, a velhice ou a doença. Admitia-se que não se podia permitir que o resíduo de indigentes viesse a morrer de fome, mas a estes não se deveria dar mais que o mínimo absoluto — desde que fosse menos que o salário mais baixo oferecido no mercado — e nas condições mais desestimulantes. A Lei dos Pobres destinava-se não tanto a ajudar os infelizes quanto a estigmatizar os confessos fracassos da sociedade. Segundo a concepção da classe média, as Sociedades de Amigos representavam formas racionais de seguro. Essa concepção, entretanto, chocava-se frontalmente com a da classe operária, que também as tomava literalmente como comunidades de amigos num deserto de indivíduos, que gastavam com naturalidade seu dinheiro também em reuniões sociais, festividades e em rituais e "fantasias" a que eram tão dadas os Oddfellows, Foresters e as outras "Ordens"



que surgiram por todo o norte depois de 1815. Da mesma forma, os funerais e velórios irracionalmente dispendiosos em que insistiam os trabalhadores, como tributo tradicional aos mortos e reafirmação comunitária dos vivos, eram incompreensíveis para uma classe média que observava que aqueles que apreciavam essas coisas eram muitas vezes incapazes de pagá-las. No entanto, o primeiro benefício pago por um sindicato ou por uma sociedade de amigos era quase invariavelmente o auxílio- funeral.

Na medida em que a segurança social dependia dos esforços dos próprios trabalhadores, ela tendia, por conseguinte, a ser economicamente ineficiente pelos padrões da classe média; na medida em que dependia de seus governantes, que determinavam a pouca assistência pública que existia, ela constituía mais uma fonte de degradação e opressão do que um meio de socorro material. Poucos estatutos foram mais desumanos que a Lei dos Pobres de 1834, que tornava qualquer socorro social "menos elegível" que o mais baixo salário vigente, confinava-o a centros de trabalho com características de penitenciária, separando pela força maridos, mulheres e filhos, a fim de castigar os pobres por sua indigência e desencorajá-los da perigosa tentação de procriar novos miseráveis. A lei nunca foi inteiramente aplicável, pois onde os pobres tinham força resistiram a seus extremos, e com o tempo ela se tornou um pouco menos rigorosa. No entanto, ela constituiu a base para a previdência social inglesa até as vésperas da I Guerra Mundial, e as experiências de infância de Charlie Chaplin atestam que ela não havia mudado muito desde que *Oliver Twist,* de Dickens, exprimiu o horror popular por aquela monstruosidade legal na década de 1830.* E por essa época — na verdade, até a década de 1850 — pelo menos 10% da população inglesa era formada de indigentes.

Até certo ponto — como ocorreu com o mercador e o industrial da Geórgia — a experiência do passado não era tão irrelevante como poderia ter sido num país que saltasse de forma mais radical e direta do pré-industrialismo para uma era industrial moderna. E assim aconteceu, de fato, na Irlanda ou nas Highlands da Escócia. De certa forma, a Grã-Bretanha semi-industrial dos sécs. XVII e XVIII preparou e antecipou a era industrial do séc. XIX. Por exemplo, a instituição fundamental de defesa da classe trabalhadora, o *sindicato,* já estava em gestação no séc. XVIII, em parte na forma assistemática, mas nem por isso ineficiente, de periódica "barganha coletiva por tumulto" (como ocorria entre embarcadiços, mineiros, tecelões e tricotadores), em parte nas muito mais estáveis sociedades de ofício de diaristas qualificados, que às vezes apresentavam frouxos liames na-

* Na Escócia, a Lei dos Pobres era um pouco diferente. Ver Cap. 15.

cionais através da prática de ajuda a membros desempregados do ofício que erravam mundo em busca de trabalho ou experiência.

Num sentido bastante real, a maior parte dos trabalhadores britânicos havia-se ajustado a uma sociedade em transição, em vias de industrialização, mas que ainda não passara por uma revolução. Para certos trabalhadores, cujas condições ainda não se haviam alterado fundamentalmente — lembramos outra vez marinheiros e mineiros — as velhas tradições ainda bastavam: os marujos viram multiplicar suas canções a respeito das novas experiências do séc. XIX, como a pesca à baleia nas costas da Groenlândia, mas eram canções tradicionais. Um grupo importante chegara mesmo a aceitar, e até aplaudir, a indústria, a ciência e o progresso (excluindo, porém, o capitalismo). Esse grupo era o dos "artesãos" ou "mecânicos", dotados de qualificação, perícia, independência e educação, que não viam grande distinção entre eles próprios e aqueles membros de classes semelhantes que preferiam tornar-se empresários ou permanecer como pequenos proprietários rurais ou pequenos lojistas — a classe de homens que tinha um pé em cada um dos lados da fronteira entre as classes trabalhadora e média.* Os "artesãos" eram os líderes ideológicos e organizacionais naturais entre os trabalhadores pobres, os primeiros do Radicalismo (e, mais tarde, das primeiras versões do socialismo owenistas), das discussões e da educação superior para o povo — através dos *Mechanics' Institutes*, dos *Halls of Science* e de grande número de clubes, sociedades e editores e impressores livre-pensadores —, o núcleo de sindicatos e movimentos jacobinos, cartistas e outras associações progressistas. Os tumultos dos trabalhadores agrícolas contavam com o apoio dos remendões e construtores de aldeia: nas cidades, pequenos grupos de tecelões manuais, estampadores, alfaiates e, às vezes, alguns poucos pequenos negociantes e lojistas, proporcionaram continuidade política de liderança à esquerda até o declínio do cartismo, se não mais tarde. Hostis ao capitalismo, tinham como característica formular ideologias que não propugnavam simplesmente a volta a uma tradição idealizada, mas que aspirava a uma sociedade justa que seria também progressista do ponto de vista técnico. Acima de tudo, representavam o ideal de liberdade e independência numa época em que tudo conspirava para degradar o trabalho.

* A família Harold Wilson, primeiro-ministro britânico em 1964-70 e de 1974-76 é quase um exemplo perfeito desse grupo. Seus oito ascendentes diretos, em linha paterna, tiveram as seguintes ocupações: pequeno agricultor, pequeno proprietário rural, pecuarista, sapateiro e agricultor, capataz de fábrica, vendedor de armazém, vendedor de cortinas e químico industrial. No séc. XIX essa linha misturou-se, por casamento, com uma de tecelões e fiandeiros, outra de fabricante de curdumes, carvoeiro ferroviário e mestre-escola. (*Sunday Times*, 7/3/65).



Ainda assim, tudo isto não passava de soluções transitórias para o problema do trabalhador. A industrialização multiplicou o número de tecelões manuais e tricotadores até o fim das guerras napoleônicas. Terminadas estas, ela os destruiu por lenta estrangulação: na década de 1830, comunidades militantes e bem fundamentadas como a dos trabalhadores de Dunfermline desmoronaram em meio à desmoralização, à pauperização e à emigração. Trabalhadores qualificados eram rebaixados à condição de diaristas espoliados, como no mobiliário londrino, e mesmo quando sobreviveram aos terremotos econômicos das décadas de 1830 e 1840, não se podia mais esperar que desempenhassem um papel social tão grande numa economia em que a fábrica deixara de ser exceção regional para se tornar a regra. As tradições pré-industriais não podiam manter-se à tona diante da maré inevitavelmente crescente da sociedade industrial. Em Lancashire podemos observar, depois de 1840, o desaparecimento das velhas formas de passar os feriados — as quermesses, as competições de luta, as brigas de galo e o açulamento de cães contra touros. E a década de 1840 marca também o fim da era em que a canção folclórica constituiu a principal forma musical dos trabalhadores industriais. Também morreram os grandes movimentos sociais desse período — do luddismo ao cartismo. Tinham sido movimentos nutridos não só pelas dificuldades extremas da época, como também pela força desses métodos mais antigos de ação dos pobres. Passariam mais quarenta anos antes que a classe trabalhadora britânica criasse novas formas de lutar e de viver.

A essas tensões qualitativas que afligiam os trabalhadores pobres das primeiras gerações do industrialismo, devemos acrescentar as tensões quantitativas — sua pobreza material. Os historiadores têm debatido acaloradamente se essa pobreza aumentou ou não, mas o simples fato de se poder fazer a pergunta já fornece uma resposta sombria, pois ninguém afirmará com seriedade que as condições se agravam quando evidentemente isso não acontece, como na década de 1950.*

É claro que não se discute o fato de que, *relativamente*, os pobres empobreceram ainda mais, apenas porque o país e suas classes rica e média obviamente enriqueceram. No momento exato em que os pobres se viam com seus recursos esgotados — em começos e meados da década de 1840 — a classe média não tinha mais onde pôr dinheiro, investindo capitais furiosamente nas estradas de ferro e gastando até não mais poder nos suntuosos apetrechos domésticos exi-

* Na verdade, em tais períodos, as grandes áreas da pobreza existente tendem a ser esquecidas e têm de ser periodicamente redescobertas (pelo menos por aqueles que não são pobres), como aconteceu na década de 1880, quando os primeiros censos sociais os revelaram a uma surpresa classe média. Uma redescoberta semelhante ocorreu no começo e em meados da década de 1960.

bidos na Grande Exposição de 1851, bem como nas construções municipais palacianas que se preparavam para surgir nas fumarentas cidades do norte.

Além disso, não há — ou não deveria haver — controvérsia em relação à pressão anormal sobre o consumo da classe trabalhadora no início da industrialização, que se reflete nessa relativa pauperização. A industrialização significa um desvio relativo da renda nacional, do consumo para o investimento, uma substituição de filés por aciárias. Numa economia capitalista isso toma em geral a forma de transferência da renda das classes não-investidoras, como camponeses e operários de latifúndios e empresas comerciais — isto é, dos pobres para os ricos. Na Grã-Bretanha, jamais houve a menor escassez geral de capital, dada a riqueza do país e o custo relativamente baixo dos primeiros processos industriais, mas um grande segmento daqueles que se beneficiavam desse desvio da renda — e sobretudo os mais ricos dentre eles — investia seu dinheiro fora do desenvolvimento industrial direto ou o esbanjava, obrigando assim os restantes dos empresários (menores) a pressionar a classe trabalhadora ainda mais. Ademais, a economia não se baseava, para desenvolver-se, no poder aquisitivo de sua população trabalhadora, porquanto os economistas tendiam a supor que seus salários não deveriam estar muito acima do nível de subsistência. Por fim, mais ou menos em meados do século, começaram a surgir teorias defendendo salários altos como economicamente vantajosos, e as atividades que abasteciam o mercado interno de bens de consumo — roupas e móveis por exemplo — só sofreram a revolução na segunda metade do século. O inglês que desejasse um par de calças podia escolher entre encomendá-las sob medida a um alfaiate, comprar as que seus superiores sociais não mais quisessem usar, depender da caridade pública, andar aos farrapos ou fazê-las ele mesmo. Por fim, certos requisitos essenciais da vida — alimentação e talvez habitação, mas decerto amenidades urbanas — tinham enormes dificuldades para acompanhar a expansão das cidades, ou da população em geral, e às vezes evidentemente não acompanhavam. Assim, os suprimentos de carne em Londres quase certamente mostraram-se defasados em relação à população da cidade desde 1800 até a década de 1840.

Outra coisa que não se discute é que houve certas classes cujas condições sem dúvida pioraram. Tal foi a sorte dos trabalhadores agrícolas (cerca de um milhão de homens em 1851), pelo menos os do sul e do leste da Inglaterra, e os pequenos proprietários e rendeiros da orla céltica da Escócia e País de Gales. (É claro que os oito milhões e meio de irlandeses, na maioria camponeses, achavam-se incrivelmente empobrecidos. Não terá sido muito menos de um milhão o número dos que morreram de fome na fome de 1846-47, a



maior catástrofe humana do séc. XIX em qualquer parte do mundo).* A mesma sorte abateu-se sobre aqueles que ganhavam a vida em atividades e ocupações decadentes, degradadas pelo progresso técnico. Os 50.000 tecelões manuais constituem o exemplo mais conhecido, mas não foram eles os únicos. Tornavam-se cada vez mais famintos e, numa tentativa vã de competir com as novas máquinas, trabalhavam cada vez mais barato. O número deles havia duplicado entre 1788 e 1814, ao mesmo tempo que seus salários aumentavam acentuadamente, até meados das guerras napoleônicas. Entretanto, entre 1805 e 1833 caíram de 23 xelins semanais para 6 xelins e 3 pence. Havia ainda as ocupações não-industrializadas, que atendiam à crescente procura de seus produtos não através da revolução técnica, e sim pela subdivisão e pela exploração. Exemplo delas foram as incontáveis costureiras em suas águas-furtadas ou sótãos.

O que não podemos responder é se, cotejando os setores infortunados da classe trabalhadora com os daqueles que de certa forma conseguiram melhorar suas rendas, encontraremos em média um ganho ou uma perda líquida. Isto porque simplesmente não temos informações suficientes a respeito de receitas, desemprego, preços a varejo e outros dados necessários. Não houve, pode-se afirmar com segurança, nenhuma melhora geral expressiva. Pode ter havido ou não uma piora entre meados da década de 1790 e meados da de 1840. Depois disso a situação sem dúvida melhorou, e é o contraste entre essa melhora, por modesta que tenha sido, e a situação do período anterior que nos informa tudo quanto realmente precisamos saber. Após o começo dos anos 40 o consumo cresceu consideravelmente — até então estivera em estagnação sem muita modificação. Depois da década de 1840 — até hoje, e com justiça, chamada de "Década d Fome", ainda que na Grã-Bretanha (mas não na Irlanda) a situação melhorasse durante a maior parte dela — o desemprego sem dúvida diminuiu bastante. Por exemplo, nenhuma depressão cíclica subseqüente chegou perto da catástrofe que foi a recessão de 1841-42. E, acima de tudo, desapareceu, a sensação de explosão social iminente que existira na Grã-Bretanha, quase sem interrupção, desde o fim das guerras napoleônicas (exceto na maior parte da década de 1820). Os britânicos deixaram de ser revolucionários.

É claro que essa intranqüilidade social e política geral refletia não apenas pobreza material como também um empobrecimento social — a destruição dos antigos estilos de vida sem que fossem substituídos por qualquer coisa que os trabalhadores pobres pudessem considerar como um equivalente satisfatório. Quaisquer que fossem suas motivações, entretanto, ondas de desespero assolavam freqüentemente

---

* Isto é, em relação ao tamanho da população envolvida.

o país: em 1811-13, em 1815-17, em 1819, em 1826, em 1829-35, em 1838-42, em 1843-44, em 1846-48. Nas áreas agrícolas, eram cegas, espontâneas e, na medida em que seus objetivos chegavam a ser definidos, de natureza quase inteiramente econômica. Um dos amotinados em Fens assim se expressou em 1816: "Eis-me aqui entre a Terra e o Céu, e que Deus tenha pena de mim. Preferia perder a vida a ir para casa como estou. Quero pão e terei pão."[5] Em 1816, em todos os condados do leste, em 1822 em East Anglia, em 1830 em toda a região entre Kent e Dorset, Somerset e Lincoln, em 1843-44 novamente nas Midlands de leste e nos condados de leste, as máquinas debulhadoras eram quebradas, e as medas queimadas de noite, enquanto os homens pediam um mínimo para viver. Nas áreas industriais e urbanas, após 1815, a intranqüilidade econômica e social combinou-se geralmente com uma ideologia e com um programa político específicos — radical-democrático ou mesmo "cooperativo" (ou, como diríamos hoje, socialista), ainda que nos primeiros grandes movimentos de agitação de 1811-13 os ludditas de East Midlands e Yorkshire quebrassem suas máquinas sem qualquer programa específico de reforma e revolução política. As fases de ênfase na agitação política e sindicalista tendiam a se alternar, sendo que as primeiras normalmente contavam com muito maior apoio popular: o componente político predominou em 1815-19, 1829-32, e sobretudo na era cartista (1838-48), enquanto a organização industrial teve preponderância no começo da década de 1820 e em 1833-38. Contudo, mais ou menos a partir de 1830 todos esses movimentos tornaram-se mais consciente e caracteristicamente proletários. As agitações de 1829-35 assistiram ao crescimento da idéia dos "sindicatos gerais" e de sua arma final, que poderia ser utilizada para fins políticos, a "greve geral", e o cartismo repousava firmemente sobre a fundação da consciência de classe trabalhadora, e na medida em que antecipava qualquer método real de alcançar suas metas, colocava suas esperanças numa greve geral ou, como se dizia então, num Mês Sagrado. Essencialmente, porém, o que mantinha coesos todos esses movimentos, ou que o revivificava após suas periódicas derrotas e desintegrações, era a insatisfação universal de homens que se sentiam famintos numa sociedade podre de rica, escravizados num país que se orgulhava de sua liberdade, procurando pão e esperança e só recebendo em troca pedras e angústia.

E não teriam suas justificativas? Um oficial prussiano, que viajou a Manchester em 1814, passara um julgamento moderadamente animador:

> De longe pode-se observar a nuvem de vapor de carvão. As casas acham-se enegrecidas por ela. O rio que passa por Manchester é tão cheio de detritos de corantes que se assemelha à tina do tintureiro. Todo o quadro é de melancolia. Não obstante, por toda parte vêem-se pessoas ocupadas, felizes e bem nutridas, e isso dá novo alento ao observador.[6]

Nas décadas de 1830 e 1840, nenhum visitante de Manchester se detinha a falar de habitantes felizes e bem nutridos. "Natureza humana esmigalhada, defraudada, oprimida e esmagada, lançada em fragmentos sangrentos por toda a face da sociedade", escreveu o norte-americano Colman em 1845, falando sobre Manchester. "A cada dia de minha vida agradeço aos Céus não ser um pobre com família na Inglaterra."[7] Será surpreendente que a primeira geração de trabalhadores pobres da Grã-Bretanha industrial examinasse os resultados do capitalismo e os rejeitasse?

## NOTAS

1 Ver Sugestões para Leitura, principalmente 4 (E. P. Thompson, F. Engels, N. Smelser), Nota 1, Cap. 2 (K. Polanyi). Com relação aos argumentos sobre "nível de vida", ver também E. J. Hobsbawn, *Labouring Men* (1964) e Phyllis Deane, *The First Industrial Revolution* (1965). Com relação aos movimentos trabalhistas, ver Cole e Postgate (Sugestões para Leitura, 2), A. Briggs (ed.), *Chartist Studies* (1959). Sobre as condições sociais, consultar E. Chadwick, *Report on the Sanitary Conditions of the Labouring Population*, ed. M. W. Flinn (1965), A. Briggs, *Victorian Cities* (1963). Ver também figuras 12 e 16.

2 N. McCord, *The Anti-Corn Law League* (1958), págs. 57-58.

3 A. de Tocqueville, *Journeys to England and Ireland*, ed. J. P. Mayer, (1958), págs. 107-108.

4 Canon Parkinson, citado em Briggs, *Victorian Cities*, págs. 110-111.

5 William Dawson de Upwell, citado em A. J. Peacock, *Bread or Blood* (1965).

6 Fabriken-Kommissarius, maio de 1814 (ver nota 2, Cap. 3).

7 Citado em Briggs, *op. cit.*, pág. 12.